

Espaço do País será reduzido

Washington — Os pagamentos que o País concordou em fazer aos credores oficiais para obter o reescalonamento da dívida com o Clube de Paris, devem, em princípio, reduzir a margem de manobra que o governo terá na negociação com os bancos credores — terceira e última etapa do processo de normalização das relações do Brasil com a comunidade financeira internacional. Mas nenhum dos dois lados parece interessado em enfatizar as dificuldades das conversações à frente.

Pelo contrário, uma fonte categorizada do comitê de bancos credores disse que o maior obstáculo encontrado até agora — o total de garantias que o Brasil oferecerá pelos novos papéis da dívida reestruturada — está em vias de ser superado e previu que os primeiros contornos de um acordo poderão estar fixados em maio. Em sua mais recente contraproposta, apresentada ao governo na semana passada, os bancos ofereceram um esquema flexível que permitiria a acumulação gradual das garantias, começando com um total de US\$ 2,75 bilhões que aumentaria em três anos para US\$ 4 bilhões.

Uma fonte oficial brasileira disse que a proposta foi bem recebida em Brasília. A quantia exata das garantias só será conhecida depois que os bancos escolherem entre as seis alternativas de reescalonamento que o Brasil lhes ofereceu. Os termos financeiros desses papéis continuam em discussão, mas as diferenças entre as duas partes já diminuíram de forma significativa.

Depois de acertar os termos do acordo com os credores oficiais, Francisco Gros, do BC, disse que o acerto com Paris está dentro dos limites de pagamento previstos.